



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PROJETO DE LEI 160/2026

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição Federal;
- Código Penal;
- Lei Federal nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o parágrafo 7º do artigo 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual;
- ADPF 54 – STF (anencefalia fetal). Data do julgamento: 12 de abril de 2012, que autoriza a interrupção da gravidez em casos de anencefalia fetal, sem caracterização de crime.
- Lei Federal nº 12.845/2013, de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral às pessoas em situação de violência sexual.
- Lei Estadual nº 10.083/1998, de 23 de setembro de 1998 (Código Sanitário do Estado de São Paulo), que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde no Estado, estabelecendo normas de vigilância sanitária aplicáveis a estabelecimentos de interesse da saúde.
- Lei Estadual nº 10.291, de 07 de abril de 1999, que obriga os órgãos policiais a informarem às vítimas de estupro sobre o direito ao aborto legal e a indicarem unidades hospitalares habilitadas.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 13.172, de 15 de agosto de 2001, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa "Mulher - Sua Saúde, Seus Direitos", regulamentada pelo Decreto nº 43.060/2003;
- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências, alterada pela Lei nº 15.281/2010;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 14.959, de 16 de julho de 2009, que institui o Programa de Divulgação dos Serviços relativos à Saúde da Mulher, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 15.043, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre os serviços públicos municipais de atendimento à saúde da mulher, e dá outras providências;

- Decreto Municipal nº 44.577, de 07 de abril de 2004, que regulamenta o cadastro e controle de estabelecimentos de interesse da saúde no Município de São Paulo.

- Decreto nº 50.079, de 07 de outubro de 2008, que atualiza regras de licenciamento sanitário e fiscalização de estabelecimentos de saúde.

- Decreto nº 57.486/2016, de 01 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a Licença de Funcionamento Sanitária no Município de São Paulo e seus procedimentos.

- Portaria SMS.G nº 266/2025, de 11 de agosto de 2025, que regulamenta o licenciamento sanitário no Município de São Paulo, substituindo normas anteriores.

PL 218/2026 Institui o Estatuto da Mulher Paulistana, regula direitos, estabelece medidas de assistência, proteção, promoção da autonomia e organização da rede de proteção das mulheres no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1328/2025 Institui o programa "Rota da Vida", voltado à conscientização, promoção da vida e defesa do nascituro e dá outras providências

PL 403/2025 Determina que a interrupção de gestação decorrente de estupro seja notificada à autoridade policial, bem como que tecidos fetais ou embrionários sejam preservados para fins de perícia genética e dá outras providências.

PL 268/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta de informações sobre aborto legal nos serviços públicos municipais que atendem vítimas de violência sexual.

PL 146/2025 Dispõe sobre afixação de cartazes educativos acerca dos procedimentos de aborto nos locais que especifica e dá outras providências.

PL 144/2025 Torna obrigatória a apresentação de Boletim de Ocorrência que ateste a veracidade do estupro, para realização de aborto decorrente de violência sexual no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências.

PL 142/2025 Altera a lei 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo semana da valorização da vida no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 141/2025 Institui o "Programa de Valorização da Vida" no município de São Paulo e dá outras providências

PR 20/2025 Cria a Frente Parlamentar Pró-Vida desde a concepção.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 809/2024 Institui o Pacto pelo Direito ao Aborto Legal no Município de São Paulo, estabelecendo diretrizes para o acesso seguro e legal ao abortamento, ampliando a rede de atendimento, promovendo a capacitação profissional e assegurando os direitos reprodutivos

PL 571/2024 Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo do município de São Paulo para afixar informativos referente ao que consta na legislação para atendimento de interrupção de gravidez decorrente de violência, nas unidades de saúde no âmbito municipal e dá outras providências.

PL 334/2024 Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo do Estado de São Paulo para afixar informativos referente ao que consta na legislação para atendimento de inter rompimento de gravidez decorrente de violência, nas unidades de saúde no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.

PL 192/2024 Dispõe sobre afixação de cartaz informativo sobre o atendimento de pessoas com gestação indesejada no âmbito do Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 13 de abril de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
Procuradora Legislativa
Setor De Pesquisa e Análise Prévia de Proposituras